



# **Interligação Elétrica Sul**

**S.A.**

**Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018**

## ÍNDICE

Balancos Patrimoniais .....	3
Demonstração do Resultado do Exercício .....	5
Demonstração do Resultado Abrangente .....	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido .....	8
Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	9
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras .....	
1. Contexto operacional .....	10
2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias .....	11
3. Principais práticas contábeis .....	11
4. Normas e interpretações novas e revisadas .....	16
5. Caixa e equivalentes de caixa .....	17
6. Aplicações financeiras .....	18
7. Caixa restrito .....	18
8. Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias .....	19
9. Tributos e contribuições a compensar .....	19
10. Imobilizado .....	20
11. Intangível .....	23
12. Empréstimos e Financiamento .....	26
13. Tributos e encargos sociais a recolher .....	28
14. Encargos regulatórios a recolher .....	28
15. Provisões .....	29
16. Patrimônio Líquido .....	29
17. Receita operacional bruta .....	32
18. Resultado financeiro .....	33
19. Imposto de renda e contribuição social .....	34
20. Transações com partes relacionadas .....	34
21. Instrumentos financeiros .....	35
22. Seguros .....	37
23. Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado Regulatório e Societário .....	37
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábil regulatória .....	43

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.029	2.589
Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias	7	1.093	1.763
Tributos e contribuições a compensar	8	722	699
Outros		329	4
		<b>9.173</b>	<b>5.055</b>
<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo			
Caixa Restrito	6	1.772	1.728
Cauções e depósitos vinculados		618	618
Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias	7	79	111
		<b>2.469</b>	<b>2.457</b>
Imobilizado	9	203.847	220.688
Intangível	10	22.024	11.409
		<b>225.871</b>	<b>232.097</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>237.513</b>	<b>239.609</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Passivo Circulante</b>			
Fornecedores		1.643	6.746
Empréstimos e Financiamentos	11	3.942	3.825
Tributos e encargos sociais a recolher	12	544	437
Encargos Regulatórios a recolher	13	327	13
Obrigações trabalhistas	14	90	105
Outros		842	542
		<b>7.388</b>	<b>11.668</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e Financiamentos	11	16.017	19.876
Encargos Regulatórios a recolher	13	424	681
Provisões	15	-	754
		<b>16.441</b>	<b>21.311</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	16 (a)	220.660	215.937
Reservas de Lucros	16 (c)	(6.976)	(9.307)
		<b>213.684</b>	<b>206.630</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>237.513</b>	<b>239.609</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2018	2017
<b>Operações em continuidade</b>			
Disponibilização do sistema de transmissão	17	21.236	19.954
Outras receitas		46	-
		<b>21.282</b>	<b>19.954</b>
<b>Tributos</b>			
PIS		(292)	(268)
COFINS		(1.339)	(1.232)
		<b>(1.631)</b>	<b>(1.500)</b>
<b>Encargos</b>			
Reserva global de reversão – RGR		(612)	(511)
Taxa de fiscalização de serviços de energia		(72)	(70)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D		(187)	(177)
		<b>(871)</b>	<b>(758)</b>
<b>Receita Líquida</b>		<b>18.780</b>	<b>17.696</b>
<b>Custos e despesas</b>			
Pessoal		(762)	(692)
Material		(12)	-
Serviços de terceiros		(5.953)	(6.504)
Depreciação e amortização		(7.512)	(7.512)
Seguros		(10)	(45)
Doações, contribuições e subvenções.		(5)	(16)
Arrendamento e aluguéis		(75)	(61)
Provisão para contingências		(6)	-
Outras despesas operacionais		(2)	-
Gastos diversos		(135)	(75)
		<b>(14.472)</b>	<b>(14.905)</b>
<b>Resultado da Atividade</b>		<b>4.308</b>	<b>2.791</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Resultado Financeiro</b>			
Receitas Financeiras	18	364	285
Despesas Financeiras	18	<u>(1.837)</u>	<u>(2.520)</u>
		<b><u>(1.473)</u></b>	<b><u>(2.235)</u></b>
<b>Resultado antes dos impostos sobre o lucro</b>		<b><u>2.835</u></b>	<b><u>556</u></b>
Despesas com Imposto de renda e contribuição social Corrente	19	<u>(504)</u>	<u>-</u>
<b>Resultado líquido do Exercício</b>		<b><u>2.331</u></b>	<b><u>556</u></b>
<b>Atribuível aos:</b>			
Acionistas controladores		2.331	556

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Resultado do Exercício</b>		<b>2.331</b>	<b>556</b>
Outros resultados abrangentes		-	-
<b>Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos</b>		<b><u>2.331</u></b>	<b><u>556</u></b>
<b>Atribuível aos:</b>			
Acionistas controladores		2.331	556

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

## Interligação Elétrica Sul S.A.

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

		Reservas de lucro					
	Nota	Capital social	Reserva Legal	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Reserva para retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>211.515</b>	<b>1.391</b>	<b>14.088</b>	<b>5.525</b>	<b>(30.867)</b>	<b>201.652</b>
Lucro Líquido do exercício		-	-	-	-	556	556
Aumento de Capital	16 (a)	4.422	-	-	-	-	4.422
Destinação do lucro							
Reserva Legal	16 (c)	-	170	-	-	(170)	-
Reserva especial de dividendo não distribuído	16 (c)	-	-	1.114	-	(1.114)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>215.937</b>	<b>1.561</b>	<b>15.202</b>	<b>5.525</b>	<b>(31.595)</b>	<b>206.630</b>
Lucro Líquido do exercício		-	-	-	-	2.331	2.331
Aumento de capital	16 (a)	4.723	-	-	-	-	4.723
Destinação do lucro							
Absorção das reservas de lucros	16 (c)	-	(1.561)	(15.202)	(12.501)	29.264	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>220.660</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(6.976)</b>	<b>-</b>	<b>213.684</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.



# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	2.331	556
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização (notas 9 e 10)	7.512	7.512
Custo residual de ativo imobilizado baixado (notas 9 e 10)	140	-
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	1.592	2.148
	<u>11.575</u>	<u>10.216</u>
(Aumento) diminuição de ativos		
Caixa restrito	(44)	(137)
Contas a receber - Concessionárias e permissionárias	702	238
Tributos e contribuições a compensar	(23)	(83)
Cauções e depósitos vinculados	-	(371)
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Serviços em curso	(328)	-
Outros	2	1
	<u>309</u>	<u>(352)</u>
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(5.103)	16
Tributos e encargos sociais a recolher	107	55
Encargos regulatórios a recolher	57	85
Obrigações trabalhistas	(15)	-
Outros	(454)	(4.103)
	<u>(5.408)</u>	<u>(3.947)</u>
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<u><b>6.476</b></u>	<u><b>5.917</b></u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Imobilizado (nota 9)	-	(3.036)
Intangível (nota 10)	(1.426)	-
<b>Caixa utilizado nas atividades de investimentos</b>	<u><b>(1.426)</b></u>	<u><b>(3.036)</b></u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Pagamentos de empréstimos (principal) (nota 11)	(3.884)	(3.872)
Pagamentos de empréstimos (juros) (nota 11)	(1.449)	(1.847)
Integralização de Capital (Nota 16(a))	4.723	4.422
<b>Caixa utilizado nas atividades de financiamentos</b>	<u><b>(610)</b></u>	<u><b>(1.297)</b></u>
<b>Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><b>4.440</b></u>	<u><b>1.584</b></u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.029	2.589
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.589	1.005
<b>Variação em caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><b>4.440</b></u>	<u><b>1.584</b></u>

O total de imposto de renda e contribuição social recolhidos no exercício foi de R\$207.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 1. Contexto Operacional

#### 1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Sul S.A. (“IESUL” ou “Companhia”) é uma sociedade de capital privado, controlada pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”, “ISA CTEEP”, controladora), constituída em 23 de julho de 2008, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, a implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão, linhas, subestações, centros de controle e respectiva infraestrutura, incluindo os serviços de apoio e administrativos, o provimento de equipamentos e materiais de reserva, as programações, as medições e os demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos conforme Contratos de Concessão.

Em setembro de 2018, houve a aquisição da totalidade de participação acionária da Companhia pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, sendo 50% das ações pertencentes à Cymi Construções e Participações S.A (“Cymi”).

#### 1.2 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP	
			Prazo	Próxima		R\$ mil	Mês Base
013/2008	30	15/10/2038	5 anos	2019	IPCA	6.155	06/18
016/2008	30	15/10/2038	5 anos	2019	IPCA	11.716	06/18

#### Contrato nº 013/2008

Subestação Scharlau, em 230/138kV com potência instalada de 450MVA e a Linha de Transmissão (LT) em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 23 Km, com origem na subestação Nova Santa Rita e término na Subestação Scharlau, com entrada em operação no dia 9 de dezembro de 2010.

#### Contrato nº 016/2008

Subestação Forquilha em 230/69Kv com potência instalada em 300MVA e as Linhas de Transmissão (LT) em 230 Kv, circuito simples, (i) com extensão aproximada de 100Km, com origem na nova subestação Joinville Norte e término na Subestação Curitiba e (ii) com extensão aproximada de 50 Km, com origem na subestação Jorge Lacerda B e término na Subestação Siderópolis, com entrada em operação em 12 de outubro de 2011, 18 de agosto de 2012 e 13 de agosto de 2015, respectivamente.

Todos os Contratos de Concessão preveem o direito de indenização no término de sua vigência, tendo por base os valores não depreciados a infraestrutura e sujeitos à homologação da ANEEL.

# **Interligação Elétrica Sul S.A.**

## **Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

---

### **2 Apresentação das demonstrações financeiras**

#### **2.1 Base de elaboração e apresentação**

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 605 em 11 de março de 2014.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de elaboração das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa 23 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as práticas contábeis regulatórias, para melhor entendimento do leitor.

#### **2.2 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“moeda funcional”).

### **3 Principais práticas Contábeis Regulatórias**

#### **3.1 Reconhecimento de receita**

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medido pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente a transmissão de energia é reconhecida no momento em que a ONS apura/ reconhece os valores que a Companhia tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

#### **3.2 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

São apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias.

A Companhia optou pelo regime do Lucro Real Trimestral. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$60 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando existente.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

### 3.3 Impostos e taxas regulamentares sobre a receita

#### (a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre serviços incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

#### (b) Taxas regulamentares

Os encargos setoriais, abaixo descritos, fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

##### (i) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços.

##### (ii) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

##### (iii) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual.

### 3.4 Instrumentos financeiros

#### (a) Ativos financeiros

##### (i) Classificação e mensuração

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Quando um instrumento de patrimônio não é cotado em um mercado ativo e seu valor justo não pode ser mensurado com confiança, este é mensurado ao custo e testado para *impairment*.

A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos ou perdas líquidos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas”, na demonstração do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (i) for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Um ativo financeiro, além dos mantidos para negociação, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se (i) tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou (ii) o ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou (iii) fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 e IAS 39 permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

- *Empréstimos e recebíveis*

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendiam, principalmente, o Contas a Receber – Concessionárias e Permissionárias.

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

### (ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

### (i) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

### (b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

## 3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

## 3.6 Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias

A Companhia tem direito à Receita Anual Permitida (RAP) pela disponibilização das instalações de transmissão de energia elétrica reajustada e revisada anualmente (nota 17.3).

## 3.7 Estoques

Os estoques são compostos por itens de almoxarifado de manutenção, e registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

## 3.8 Imobilizado em serviço e em curso

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme normas regulatórias vigentes. As taxas médias anuais de depreciação estão apresentadas na nota 9 e são determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil residual do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Materiais em depósito, quando os bens não necessitarem de recuperação e se tratarem de unidades de adição e retirada, vinculados ou não a um projeto são considerados como imobilizado em Curso.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

### 3.9 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

### 3.10 Arrendamentos

#### (a) A Companhia como arrendatária

- *Arrendamentos operacionais*

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática for mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

### 3.11 Demais ativos circulante e não circulante

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Perdas esperadas para redução do valor contábil ao valor recuperável são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

### 3.12 Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

### 3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa 15.

### 3.14 Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 (IAS 10) e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal.

### 3.15 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

### 3.16 Demonstração dos Fluxos de Caixa (“DFC”)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

## 4 Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas

A ANEEL não adotou os pronunciamentos e interpretações emitidas pelo CPC que passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2018:

- **CPC nº47 – Receita de Contrato com Clientes (IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers)**

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com referido CPC, a receita reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.7 das demonstrações financeiras societárias do exercício de findo em 31 de dezembro de 2018, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outra obrigação de desempenho.

- **CPC nº48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9 Financial Instruments)**

O CPC 48 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedge*.



## Interligação Elétrica Sul S.A.

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

#### 5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>% do CDI</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e bancos		1.161	889
Equivalentes de caixa			
Compromissada (a)	94% a 99,5%	<u>5.868</u>	<u>1.700</u>
		<u><b>7.029</b></u>	<u><b>2.589</b></u>

As aplicações financeiras estão mensuradas ao valor justo através do resultado e possuem liquidez diária.

A análise da Administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota explicativa 21 (c).

- (a) Títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos pré-determinados, lastreados por títulos públicos registradas na CETIP.

#### 6 Caixa Restrito

O saldo de caixa restrito R\$1.772 (R\$1.728 em 2017), refere-se a conta reserva dos serviços da dívida, vinculada ao financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. A Companhia deverá manter conta reserva de no mínimo três vezes o valor da última parcela vencida com o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,3, apurado anualmente, incluindo parcela do principal e juros (nota 10). No caso do ICSD inferior a 1,3 a conta reserva deverá ser composta por no mínimo seis vezes o valor da última parcela vencida.

A conta reserva dos serviços da dívida será movimentada exclusivamente para quitação de prestações ou no momento em que a Companhia for dispensada da manutenção da reserva dada pelo BNDES, conforme critérios estabelecidos nos contratos de financiamento. O responsável pelas movimentações da conta é o Banco do Brasil S.A., onde os recursos estão depositados.

#### 7 Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias

	<u>Corrente a vencer</u>		<u>Corrente vencida</u>			<u>2018</u>	<u>2017</u>
	<u>Até 60 dias</u>	<u>Até 90 dias</u>	<u>De 91 a 180 dias</u>	<u>De 181 a 360 dias</u>	<u>Mais de 360 dias</u>		
<b>Transmissão de Energia</b>							
Encargos de Uso da Rede Elétrica	<u>1.086</u>	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>79</u>	<u>1.172</u>	<u>1.874</u>
	<u><b>1.086</b></u>	<u><b>6</b></u>	<u><b>-</b></u>	<u><b>1</b></u>	<u><b>79</b></u>	<u><b>1.172</b></u>	<u><b>1.874</b></u>

## Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

### 8 Tributos e contribuições a compensar

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto de renda a recuperar	207	184
Imposto de renda retido na fonte	353	353
Contribuição social retido na fonte	122	122
COFINS	33	33
PIS	7	7
	<u>722</u>	<u>699</u>

## Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

### 9 Imobilizado

Refere-se, substancialmente, a bens móveis e imóveis utilizados pela Companhia e aplicados na operação de transmissão de energia, vinculados aos contratos de concessão. O imobilizado é depreciado conforme taxas anuais de depreciação previstas pelo Órgão Regulador.

#### a) Ativo imobilizado em Serviço

	<u>Custo em</u> <u>2017</u>	<u>Adições</u> <u>(A)</u>	<u>Baixas</u> <u>(B)</u>	<u>Transferências</u> <u>(C)</u>	<u>Custo em</u> <u>2018</u>	<u>Adições Líquidas =</u> <u>(A)-(B)+(C)</u>	<u>Depreciação</u> <u>Acumulada</u>	<u>Saldo em</u> <u>2018</u>	<u>Saldo em</u> <u>2017</u>
<b>Transmissão</b>									
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.590	-	-	-	4.590	-	(1.105)	3.485	3.640
Máquinas e equipamentos	236.999	-	-	-	236.999	-	(38.347)	198.652	206.009
<b>Administração</b>									
Máquinas e equipamentos	-	-	-	2	2	2	(2)	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>241.589</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>241.591</b>	<b>2</b>	<b>(39.454)</b>	<b>202.137</b>	<b>209.649</b>

## Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### b) Ativo imobilizado em Curso

	<u>Custo em 2017</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Baixas (B)</u>	<u>Transferências (C) (*)</u>	<u>Custo em 2018</u>	<u>Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)</u>	<u>Depreciação Acumulada</u>	<u>Saldo em 2018</u>	<u>Saldo em 2017</u>
<b>Transmissão</b>									
Máquinas e equipamentos	19	-	-	964	983	964	-	983	19
Outros	<u>11.020</u>	<u>-</u>	<u>(140)</u>	<u>(10.153)</u>	<u>727</u>	<u>(10.293)</u>	<u>-</u>	<u>727</u>	<u>11.020</u>
<b>Administração</b>									
Máquinas e equipamentos	<u>-</u>	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Subtotal</b>	<u>11.039</u>	<u>2</u>	<u>(140)</u>	<u>(9.191)</u>	<u>1.710</u>	<u>(9.329)</u>	<u>-</u>	<u>1.710</u>	<u>11.039</u>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<u>252.628</u>	<u>2</u>	<u>(140)</u>	<u>(9.189)</u>	<u>243.301</u>	<u>(9.327)</u>	<u>(39.454)</u>	<u>203.847</u>	<u>220.688</u>

(\*) Os valores de transferências referem-se a reclassificações entre bens do ativo imobilizado e ativo intangível.

## Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### c) Taxas anuais de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2018		2017	
		Bruto	Depreciação Acumulada	Saldo	Saldo
<b>Em Serviço</b>					
Transmissão					
Edificações, obras cívicas e benfeitorias	3,42%	4.590	(1.105)	3.485	3.640
Máquinas e equipamentos	3,76%	236.999	(38.347)	198.652	206.009
Administração					
Máquinas e equipamentos	16,67%	2	(2)	-	-
		<b>241.591</b>	<b>(39.454)</b>	<b>202.137</b>	<b>209.649</b>
<b>Em Curso</b>					
Transmissão		1.710	-	1.710	11.039
		<b>1.710</b>	<b>-</b>	<b>1.710</b>	<b>11.039</b>
		<b>243.301</b>	<b>(39.454)</b>	<b>203.847</b>	<b>220.688</b>

### d) Composição das adições do imobilizado em curso

	Máquinas/Equipamentos	Total
Máquinas e Equipamentos	2	2
<b>Total das adições</b>	<b>2</b>	<b>2</b>

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

## Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 10 Intangível

O ativo intangível refere-se, principalmente: (i) servidões vinculadas ao direito de passagem das linhas de transmissão; e (ii) gastos incorridos na implantação e atualização do ERP-SAP, amortizados linearmente no prazo de 5 anos.

#### a) Ativo intangível em serviço

	<u>Custo em 2017</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Baixas (B)</u>	<u>Transferências (C)</u>	<u>Custo em 2018</u>	<u>Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)</u>	<u>Amortização Acum.</u>	<u>Saldo em 2018</u>	<u>Saldo em 2017</u>
<b>Transmissão</b>									
Servidões	11.409	-	-	-	11.409	-	-	11.409	11.409
<b>Subtotal</b>	<b>11.409</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11.409</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11.409</b>	<b>11.409</b>

#### b) Ativo intangível em curso

	<u>Custo em 2017</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Baixas (B)</u>	<u>Transferências (C) (*)</u>	<u>Custo em 2018</u>	<u>Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)</u>	<u>Amortização Acum.</u>	<u>Saldo em 2018</u>	<u>Saldo em 2017</u>
<b>Transmissão</b>									
Depósitos Judiciais	-	1.245	-	9.189	10.434	10.434	-	10.434	-
<b>Administração</b>									
Softwares	-	181	-	-	181	181	-	181	-
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>1.426</b>	<b>-</b>	<b>9.189</b>	<b>10.615</b>	<b>10.615</b>	<b>-</b>	<b>10.615</b>	<b>-</b>
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>11.409</b>	<b>1.426</b>	<b>-</b>	<b>9.189</b>	<b>22.024</b>	<b>10.615</b>	<b>-</b>	<b>22.024</b>	<b>11.409</b>

(\*) Os valores de transferências referem-se a reclassificações entre bens do ativo imobilizado e ativo intangível.

## Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### c) Taxas anuais de amortização

	Taxas anuais médias de amortização (%)	2018		2017	
		Bruto	Amortização Acumulada	Saldo	Saldo
<b>Em Serviço</b>					
Transmissão					
Serviços	0,00%	11.409	-	11.409	11.409
		<b>11.409</b>	<b>-</b>	<b>11.409</b>	<b>11.409</b>
<b>Em Curso</b>					
Transmissão		10.434	-	10.434	-
Administração		181	-	181	-
		<b>10.615</b>	<b>-</b>	<b>10.615</b>	<b>-</b>
		<b>22.024</b>	<b>-</b>	<b>22.024</b>	<b>11.409</b>

### d) Composição das adições do intangível em curso

A composição de adições do exercício, por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

	Serviços de Terceiros	Total
Software	181	181
Depósito judicial	1.245	1.245
<b>Total das adições</b>	<b>1.426</b>	<b>1.426</b>

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 11 Empréstimos e Financiamentos

#### a) Composição dos saldos

Moeda nacional	Juros de curto prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo	Adimplente	Data da Captação /Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data da próxima amortização	Vencimento Final	Frequência amortização	Sistemática amortização
	<b>53</b>	<b>3.889</b>	<b>16.017</b>	<b>19.959</b>											
BNDES 10.2.1883.1 - PSI	3	1.117	1.214	2.334	Sim	21/12/2010	Recebíveis	Prê	3,5%	19/01/2019	Mensal	19/01/2019	15/01/2021	Mensal	SAC
BNDES 10.2.1883.1 - FINEM	19	759	4.106	4.884	Sim	21/12/2010	Recebíveis	TJLP	2,58%	19/01/2019	Mensal	19/01/2019	15/05/2025	Mensal	SAC
BNDES 13.2.0422.1 - PSI	13	1.190	3.967	5.170	Sim	28/06/2013	Recebíveis	Prê	5,5%	19/01/2019	Mensal	19/01/2019	15/08/2023	Mensal	SAC
BNDES 13.2.0422.1 - FINEM	18	823	6.730	7.571	Sim	28/06/2013	Recebíveis	TJLP	2,58%	19/01/2019	Mensal	19/01/2019	15/08/2028	Mensal	SAC



# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### (i) Contrato 10.2.1883.1

Em 2010, a Companhia obteve recurso junto ao BNDES para financiar a implementação da infraestrutura das linhas de transmissão e subestações constantes no contrato de concessão nº 013/2008, com amortização em até 168 parcelas mensais a partir de 15 de junho de 2011. As fianças bancárias foram dispensadas pelo BNDES em 26 de maio de 2017.

### (ii) Contrato 13.2.0422.1

Em 2013, a Companhia obteve recurso junto ao BNDES para financiar a implementação da infraestrutura das linhas de transmissão e subestações constantes no contrato de concessão nº 016/2008, com amortização em até 168 parcelas mensais a partir de 15 de março de 2014. As fianças bancárias foram dispensadas pelo BNDES em 26 de maio de 2017.

Existe interveniência da controladora CTEEP nos contratos de financiamento de BNDES.

Os contratos de BNDES possuem cláusulas restritivas que exigem o cumprimento de indicadores financeiros. Na ocorrência do não cumprimento dos indicadores há cláusulas de “cross default” que estabelecem a antecipação das dívidas.

Em 31 de dezembro de 2018, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (covenants).

### b) Vencimentos das parcelas a longo prazo

	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025+</u>	<u>Total</u>
<b>Moeda Nacional</b>							
BNDES - 10.2.1883.1	1.871	850	754	754	754	337	<b>5.320</b>
BNDES - 13.2.0422.1	<u>2.008</u>	<u>2.005</u>	<u>2.008</u>	<u>1.215</u>	<u>818</u>	<u>2.643</u>	<b>10.697</b>
	<u><b>3.879</b></u>	<u><b>2.855</b></u>	<u><b>2.762</b></u>	<u><b>1.969</b></u>	<u><b>1.572</b></u>	<u><b>2.980</b></u>	<b>16.017</b>

### c) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

<b>Saldos em 2016</b>	<u><b>27.272</b></u>
Pagamentos de principal	(3.872)
Pagamentos de juros	(1.847)
Juros e variações monetárias e cambiais	<u>2.148</u>
<b>Saldos em 2017</b>	<u><b>23.701</b></u>
Pagamentos de principal	(3.884)
Pagamentos de juros	(1.449)
Juros e variações monetárias e cambiais	<u>1.591</u>
<b>Saldos em 2018</b>	<u><b>19.959</b></u>

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### d) Composição Ativos Financeiros

	<u>Principal Curto Prazo</u>	<u>Principal + Juros LP</u>	<u>Saldo total</u>
Ativos Financeiros			
Caixas e Aplicações Financeiras	7.029	-	7.029
Caixa Restrito	-	1.772	1.772
	<u>7.029</u>	<u>1.772</u>	<u>8.801</u>

### e) Composição do Endividamento e Dívida Líquida

	<u>Juros de Curto Prazo</u>	<u>Principal Curto Prazo</u>	<u>Principal + LP</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Divida Bruta					
Moeda Nacional	53	3.889	16.017	19.959	23.701
Ativos Financeiros	-	7.029	1.772	8.801	4.317
<b>Dívida Líquida</b>				<u><b>11.158</b></u>	<u><b>19.384</b></u>

### 12 Tributos e encargos sociais a recolher

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto de renda	118	-
Contribuição social	63	-
PIS	28	32
COFINS	131	142
INSS	38	40
Imposto de renda retido na fonte	10	11
ISS	112	111
FGTS	1	2
Outros	43	99
	<u>544</u>	<u>437</u>

### 13 Encargos regulatórios a recolher

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	432	368
Reserva Global de Reversão – RGR	253	259
Taxa de fiscalização ANEEL	66	67
	<u>751</u>	<u>694</u>
Circulante	<u>327</u>	<u>13</u>
Não circulante	<u>424</u>	<u>681</u>

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(i) A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

### 14 Obrigações trabalhistas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Férias e encargos sociais	90	105
	<u>90</u>	<u>105</u>
Circulante	<u>90</u>	<u>105</u>

### 15 Provisões

#### Provisão para demandas judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não há demandas judiciais com probabilidade de perda provável.

### 16 Patrimônio líquido

#### (a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 2018 é de 221.000.000 (220.000.000 em 2017), em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00.

A composição do capital social subscrito e integralizado em 2018 totaliza R\$220.660 (R\$ 215.937 em 2017), está representado por ações ordinárias.

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

Em 18 de setembro de 2018, através da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi autorizado o aumento de capital social no montante de R\$4.723.

#### (b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido, limitado ao saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### (c) Reservas de lucro

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Reserva legal (i)	-	1.561
Reserva de retenção de lucros (ii)	(6.976)	5.525
Reserva especial de dividendo não distribuído (iii)	-	15.202
	<u>(6.976)</u>	<u>22.288</u>

#### (i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

#### (ii) Reserva de retenção de lucros

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em reserva de retenção de lucros, que se destina a atender ao orçamento planejado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência.

#### (iii) Reserva especial de dividendo não distribuído

A lei societária prevê que o dividendo obrigatório pode deixar de ser distribuído quando os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. É uma discricionariedade conferida por lei aos administradores com vistas a evitar o comprometimento da gestão de caixa e equivalente de caixa da entidade, desde que observadas outras condicionantes legais. A parcela dos lucros não distribuída, em exercícios anteriores, foi destinada à constituição de reserva especial de dividendos não distribuídos, a fim de subsidiar novos investimentos em reforços e o cumprimento das obrigações contratuais junto ao BNDES.

### 17 Receita operacional bruta

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Receita bruta</b>		
Rede básica	21.236	19.671
Demais Instalações de Transmissão - DIT	46	283
	<u>21.282</u>	<u>19.954</u>

#### 17.1 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção – O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;
- das receitas decorrentes de reforços e melhorias;
- da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas.

A primeira revisão tarifária periódica da Companhia foi definida por intermédio da Resolução Homologatória nº 1.755 de 24 de junho, e pelo Despacho nº 1.816 de 02 de junho de 2015 reduzindo a RAP em 1,45%, para o contrato 013/2008 e em 1,49% para o contrato 016/2008, vigentes a partir de 01 de julho de 2014.

As próximas revisões tarifárias periódicas da RAP estão descritas na nota 1.2.

### 17.2 Parcela Variável – PV, adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA

A Resolução Normativa n.º 729 de 28 de junho de 2016, regulamenta a Parcela Variável – PV e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão como receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Resolução Normativa (REN) nº 782/2017, atualizou a REN nº 729/2016, extinguindo o adicional de RAP para todas as transmissoras a partir de março de 2018.

A Parcela de Ajuste – PA é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

### 17.3 Reajuste anual da receita

Em 28 de junho de 2018, foi publicada a Resolução Homologatória nº 2.408, estabelecendo as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, a ser auferida em duodécimos no período de 01 de julho de 2018 até 30 de junho de 2019 apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica			Demais Instalações de Transmissão – DIT			Total
	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	
013/2008	-	6.375	(220)	-	-	-	6.155
016/2008	1.789	11.222	(1.545)	-	259	(9)	11.716
	<b>1.789</b>	<b>17.597</b>	<b>(1.765)</b>	<b>-</b>	<b>259</b>	<b>(9)</b>	<b>17.871</b>

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 18 Resultado financeiro

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Receitas</b>		
Rendimentos de aplicações financeiras	350	235
Juros ativos	7	38
Variações monetárias	1	-
Outras	6	12
	<u>364</u>	<u>285</u>
<b>Despesas</b>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.592)	(1.960)
Juros passivos	(10)	-
Outras	(235)	(560)
	<u>(1.837)</u>	<u>(2.520)</u>
	<u><b>(1.473)</b></u>	<u><b>(2.235)</b></u>

### 19 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei 12.973/2014.

Desde janeiro de 2015, entrada em vigor da Lei 12.973/2014, o imposto de renda e a contribuição social são apurados a partir do lucro societário, no qual a despesa de IR e CS correntes totalizam R\$ 504, que representam o valor efetivamente recolhido a RFB, para o exercício de 2018.

A empresa adota o regime de lucro real trimestral.

### 20 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

Natureza da operação	Partes relacionadas	2018		2017	
		Passivo	Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)
Benefícios de curto prazo (*)	Administração	-	-	-	(139)
		-	-	-	(139)
Sublocação e Reembolsos	ISA CTEEP	(16)	-	(7)	(224)
	IENNE	-	3	-	-
		<u>(16)</u>	<u>3</u>	<u>(7)</u>	<u>(224)</u>
		<u><b>(16)</b></u>	<u><b>3</b></u>	<u><b>(7)</b></u>	<u><b>(363)</b></u>

(\*) Referente aos honorários da administração, conforme divulgado na Demonstração do Resultado da Companhia.

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Os saldos a pagar para partes relacionadas estão registrados na linha de outros passivos, no passivo circulante.

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Companhia no edifício sede da controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais, de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.

Essas operações são realizadas em condições específicas e negociadas contratualmente entre as partes.

### 21 Instrumentos financeiros

#### (a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	<u>Nível</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Ativos financeiros</b>			
Valor justo através do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	2	7.029	2.589
Caixa restrito	2	1.772	1.728
Empréstimos e recebíveis			
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias			
Circulante		1.093	1.763
Não Circulante		79	111
<b>Passivos financeiros</b>			
Custo amortizado			
Empréstimos e financiamentos			
Circulante		3.942	3.825
Não circulante		16.017	19.876
Fornecedores		1.643	6.746

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

## Interligação Elétrica Sul S.A.

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

#### (b) Financiamentos

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Empréstimos e financiamentos		
Circulante	3.942	3.825
Não circulante	<u>16.017</u>	<u>19.876</u>
Dívida total	19.959	23.701
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	<u>7.029</u>	<u>2.589</u>
Dívida líquida	12.930	21.112
Patrimônio líquido regulatório	213.684	206.630

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (*covenants*) apurados com base nos índices de endividamento (nota 11). Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia atende a todos os requisitos relacionados a cláusulas restritivas.

#### (c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

- (i) **Risco de crédito** – A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.
- (ii) **Risco de preço** – As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 17.2).
- (iii) **Risco de taxas de juros** – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP (nota 11).
- (iv) **Risco de captação** – A Companhia poderá no futuro enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de pagamentos adequados a seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de dívida.
- (v) **Risco de liquidez** – As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de: suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor.

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.



## Interligação Elétrica Sul S.A.

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

#### 22 Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Importância Segurada - R\$ mil</u>	<u>Prêmio - R\$ mil</u>
Patrimonial (a)	19/12/18 a 19/12/19	47.584	30
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/18 a 19/12/19	50.000(*)	-
			<u>30</u>

- (a) **Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de Concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.
- (b) **Responsabilidade Civil Geral** - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

(\*) A Companhia é cossegurada de 100% da apólice de Responsabilidade Civil Geral da Controladora CTEEP.

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

23

### Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Ativo	2018			2017		
	Regulatório	Reclassificação /Ajustes	Societário	Regulatório	Reclassificação /Ajustes	Societário
<b>Ativo Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	7.029	-	7.029	2.589	-	2.589
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	1.093	79	1.172	1.874	18.204	20.078
Contas a Receber (ativo de concessão)	-	17.479	17.479	-	-	-
Tributos e contribuições a compensar	722	-	722	699	-	699
Outros	329	-	329	4	135	139
	<b>9.173</b>	<b>17.558</b>	<b>26.731</b>	<b>5.166</b>	<b>18.339</b>	<b>23.505</b>
<b>Ativo Não circulante</b>						
Realizável a longo prazo						
Caixa Restrito	1.772	-	1.772	1.728	-	1.728
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	79	(79)	-	-	-	-
Contas a Receber (ativo de concessão)	-	193.555	193.555	-	305.823	305.823
Estoques	-	727	727	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	9.037	9.037	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados	618	-	618	618	53	671
Outros	-	-	-	-	2.763	2.763
	<b>2.469</b>	<b>203.240</b>	<b>205.709</b>	<b>2.346</b>	<b>308.639</b>	<b>310.985</b>
Imobilizado	203.847	(203.847)	-	220.688	(220.688)	-
Intangível	22.024	(21.843)	181	11.409	(11.409)	-
	<b>225.871</b>	<b>(225.690)</b>	<b>181</b>	<b>232.097</b>	<b>(232.097)</b>	<b>-</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>237.513</b>	<b>(4.892)</b>	<b>232.621</b>	<b>239.609</b>	<b>94.881</b>	<b>334.490</b>

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Passivo	2018			2017		
	Regulatório	Reclassificação /Ajustes	Societário	Regulatório	Reclassificação /Ajustes	Societário
<b>Passivo Circulante</b>						
Fornecedores	1.643	-	1.643	6.746	-	6.746
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	3.942	-	3.942	3.825	-	3.825
Tributos e encargos sociais a recolher	544	-	544	437	-	437
Encargos Regulatórios a recolher	327	-	327	13	-	13
Obrigações trabalhistas	90	-	90	105	-	105
Outros	842	-	842	542	-	542
	<b>7.388</b>	<b>-</b>	<b>7.388</b>	<b>11.668</b>	<b>-</b>	<b>11.668</b>
<b>Passivo Não circulante</b>						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	16.017	-	16.017	19.876	-	19.876
Encargos Regulatórios a recolher	424	-	424	681	-	681
PIS COFINS diferidos	-	21.837	21.837	-	31.967	31.967
IR e CS diferidos	-	-	-	-	24.514	24.514
Outros	-	-	-	754	-	754
	<b>16.441</b>	<b>21.837</b>	<b>38.278</b>	<b>21.311</b>	<b>56.481</b>	<b>77.792</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>23.829</b>	<b>21.837</b>	<b>45.666</b>	<b>32.979</b>	<b>56.481</b>	<b>89.460</b>
<b>Patrimônio líquido</b>						
Capital social	220.660	-	220.660	215.937	-	215.937
Reservas de Lucros	(6.976)	(26.729)	(33.705)	(9.307)	38.400	29.093
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>213.684</b>	<b>(26.729)</b>	<b>186.955</b>	<b>206.630</b>	<b>38.400</b>	<b>245.030</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>237.513</b>	<b>(4.892)</b>	<b>232.621</b>	<b>239.609</b>	<b>94.881</b>	<b>334.490</b>

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2018			2017		
	Regulatório	Reclassificação/ Ajuste	Societário	Regulatório	Reclassificação/ Ajuste	Societário
<b>Operações em continuidade</b>						
Disponibilização do sistema de transmissão	21.282	3.514	24.796	19.954	(1.359)	18.595
	<b>21.282</b>	<b>3.514</b>	<b>24.796</b>	<b>19.954</b>	<b>(1.359)</b>	<b>18.595</b>
<b>Tributos</b>						
PIS	(292)	(103)	(395)	(268)	(231)	(499)
COFINS	(1.339)	(476)	(1.815)	(1.232)	10	(1.222)
	<b>(1.631)</b>	<b>(579)</b>	<b>(2.210)</b>	<b>(1.500)</b>	<b>(221)</b>	<b>(1.721)</b>
<b>Encargos</b>						
Reserva global de reversão – RGR	(612)	-	(612)	(511)	-	(511)
Taxa de fiscalização de serviços de energia	(72)	-	(72)	(70)	-	(70)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(187)	-	(187)	(177)	-	(177)
	<b>(871)</b>	<b>-</b>	<b>(871)</b>	<b>(758)</b>	<b>-</b>	<b>(758)</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>18.780</b>	<b>2.935</b>	<b>21.715</b>	<b>17.696</b>	<b>(1.580)</b>	<b>16.116</b>
<b>Custos e despesas</b>						
Pessoal	(762)	-	(762)	(692)	-	(692)
Material	(12)	-	(12)	-	-	-
Serviços de terceiros	(5.953)	(2)	(5.955)	(6.504)	(95)	(6.599)
Depreciação e amortização	(7.512)	7.512	-	(7.512)	7.512	-
Seguros	(10)	-	(10)	(45)	-	(45)
Doações, contribuições e subvenções	(5)	-	(5)	(16)	-	(16)
Arrendamento e aluguéis	(75)	-	(75)	(61)	-	(61)
Provisão para contingências	(6)	-	(6)	-	-	-
Gastos diversos	(137)	-	(137)	(75)	-	(75)
	<b>(14.472)</b>	<b>7.510</b>	<b>(6.962)</b>	<b>(14.905)</b>	<b>7.417</b>	<b>(7.488)</b>
<b>Resultado da Atividade</b>	<b>4.308</b>	<b>10.445</b>	<b>14.753</b>	<b>2.791</b>	<b>5.837</b>	<b>8.628</b>

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Continuação	2018			2017		
	Regulatório	Reclassificação/ Ajuste	Societário	Regulatório	Reclassificação/ Ajuste	Societário
<b>Resultado Financeiro</b>						
Receitas Financeiras	364	-	364	285	-	285
Despesas Financeiras	(1.837)	-	(1.837)	(2.520)	-	(2.520)
	<b>(1.473)</b>	<b>-</b>	<b>(1.473)</b>	<b>(2.235)</b>	<b>-</b>	<b>(2.235)</b>
<b>Lucro Antes dos impostos sobre o lucro</b>	<b>2.835</b>	<b>10.445</b>	<b>13.280</b>	<b>556</b>	<b>5.837</b>	<b>6.393</b>
Despesas com Impostos	(504)	(3.551)	(4.055)	-	(2.999)	(2.999)
<b>Resultado líquido do Exercício</b>	<b>2.331</b>	<b>6.894</b>	<b>9.225</b>	<b>556</b>	<b>2.838</b>	<b>3.394</b>
<b>Atribuível aos:</b>						
Acionistas controladores	2.331		9.225	556		3.394

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

### 23.1 Contratos de concessão

Para elaboração das demonstrações financeiras societárias, a Companhia adota para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC01 (R1) – Contratos de Concessão.

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e aos serviços de operação e manutenção, classificados em:

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

### (a) Ativo de Concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Serviços de O&M”, passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação da concessão detida pela Companhia estão descritos na nota explicativa 3.7 das Demonstrações Contábeis Societárias do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

### (b) Ativo de Concessão - contratual

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

### 23.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 32)

Os ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos representam os efeitos tributários sobre os ajustes reconhecidos com as adoções dos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, principalmente o ICPC01(R1) e CPC47.

### 23.3 PIS COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS refere-se às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo financeiro e registrado conforme regime competência apresentado no balanço societário. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto na Lei 12.973/14.



São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909  
Vila Nova Conceição  
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Interligação Elétrica do Sul S.A.**  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Interligação Elétrica do Sul S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase – Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.



## **Outros assuntos**

A Interligação Elétrica do Sul S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre a qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 29 de março de 2019.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.




- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2019.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6



Adilvo França Junior  
Contador CRC 1BA021419/O-4-T-SP